

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIADEMA/SP
Concurso Público – Edital nº 01/2024**

ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

103 – ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

Prezado(s) Candidato(s),

Em resposta aos recursos interpostos em relação à publicação do Gabarito da Prova Objetiva, segue abaixo o parecer da Banca Examinadora.

QUESTÃO 15: o recurso é improcedente, pois conforme a transcrição pelo candidato da questão em análise, a mesma propõe que o caminhão está carregado com 1.250 tijolos, de 2,2 Kg cada um. Portanto esse peso deve ser subtraído de sua capacidade total (4,5 ton), pois será carregado nesse caminhão.

$1.250 \times 2,2 = 2.750 \text{ Kg}$
 $4,5 \text{ toneladas} = 4,5 \times 1000 = 4.500 \text{ Kg}$
 $4.500 - 2.750 = 1.750 \text{ Kg de capacidade disponível}$
 $1.750 : 50 = 35 \text{ sacos de areia}$

Considerando o exposto, não há inconsistência nem no enunciado, nem no desenvolvimento da questão e nem na divulgação do gabarito, que segue abaixo para conferência.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 30: o recurso é improcedente, pois o hidróxido de cálcio utilizado como medicação intracanal é o “P.A.” e não o “pasta” como citado na alternativa. O enunciado solicitou curativo, o que equivale à restauração provisória e não medicação intracanal. A única alternativa possível é a “A”.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 37: o recurso é improcedente, pois a letra “D” do índice CEO corresponde apenas à quantidade de dentes avaliados, a sua ausência na citação não prejudica o entendimento da questão. A questão cita o termo “índice”, o que torna impossível ser confundida com um CENTRO de especialidades.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

ENSINO MÉDIO COMPLETO – MANHÃ

201 – AGENTE ADMINISTRATIVO II

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 1: o recurso é improcedente, pois questão e gabarito encontram-se corretos e não há o que ser alterado. O início da crônica traz que “Nas últimas semanas do ano letivo, meu filho começou a chegar em casa triste. Resmungando que os colegas saem para jogar futebol e trocar cartas de ‘Pokemón’, enquanto ele passa a hora do recreio batalhando contra a angústia. Como as notas estavam boas, fui falar com a professora. ‘Ele é ótimo. Matéria sempre em dia’. Então se distrai na aula? Fica pensando na morte da bezerra? ‘É atento feito uma diminuta águia’. Então por que demora para copiar o quadro? ‘Deve ser a letra’. Está enxergando mal? ‘Não, o problema é a letra dele. Coisa mais linda! Caprichada demais’”. Sendo assim, a situação que dá início à crônica é o fato de o filho dela (“meu filho começou a chegar em casa triste”) demorar para copiar o conteúdo da lousa (“Então por que demora para copiar o quadro?”). A alternativa B não pode ser considerada correta porque o fato de a autora ter herdado canetas tinteiro e não saber usá-las é mencionado brevemente no meio da crônica e não tem o papel de dar início ao texto.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 4: o recurso é improcedente, pois questão e gabarito encontram-se corretos e não há o que ser alterado. Não seria adequado que a banca fizesse uma questão de sinônimos que tem em vista o uso de uma palavra em um texto e orientasse que o candidato não considerasse o contexto, já que é ele quem nos ajuda a entender o significado

de uma palavra. Sendo assim, considerado o contexto, a palavra “artífice” aparece no trecho “Aquele que faz redações sobre dragões-de-komodo como quem compõe manuscritos do mar Morto. Calígrafo otomano que volta com a lancheira intocada. “Artífice” mirim dos caracteres”. Não faria sentido entendermos que a criança é um “adepto” dos caracteres, já que adepto significa alguém que segue alguma doutrina, ideia, religião ou filosofia e “caracteres” não é nenhuma dessas coisas. Por outro lado, a palavra “artesão”, que compartilha a raiz de artífice, se relaciona com “arte” e designa alguém que, por meio de arte e técnica, cria ou fabrica algo. Sendo assim, é a única palavra que pode ser sinônimo de “artífice”. Adepto não seria sinônimo de artífice considerando ou não o contexto.

Para conferência, segue gabarito publicado.

201 - AGENTE ADMINISTRATIVO II																																							
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	C	D	A	B	A	B	C	D	B	D	B	D	B	A	A	C	C	A	B	A	D	B	C	D	D	C	D	D	A	D	D	C	B	B	B	D	A

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 6: o recurso é improcedente, pois questão e gabarito encontram-se corretos e não há o que ser alterado. A palavra “para” figura nos dicionários e gramáticas de maior reputação como uma preposição. Conjunções ligam orações e palavras de mesmo valor gramatical, enquanto preposições tipicamente ligam elementos de uma mesma oração, ou uma oração a uma palavra ou frase nominal. No caso da questão proposta, “Resmungando que os colegas saem para jogar futebol e trocar cartas de ‘Pokemón’, enquanto ele passa a hora do recreio batalhando contra a angústia” temos que a palavra “que” é conjunção que liga a oração “resmungando” à oração “os colegas saem para jogar futebol”, “enquanto” é outra conjunção, que liga “saem para jogar futebol e trocar cartas de Pokemon” à oração “ele passa a hora do recreio batalhando contra a angústia”. “Saem” é um verbo conjugado na terceira pessoa do plural: os amigos saem. Já as palavras “para” e “contra” são preposições que ligam elementos de uma mesma oração. “Para” liga “saem” a seu complemento “jogar futebol” e “contra” liga “batalhando” a seu complemento “angústia”.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 8: o recurso é improcedente, pois questão e gabarito encontram-se corretos e não há o que ser alterado. Na alternativa “B” o correto seria “opróbio”, na “C”, “dissensão”, na “D” a palavra “excêntricas” está sem o “c”. Apenas a “A” está correta.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 10: o recurso é improcedente, pois questão e gabarito encontram-se corretos e não há o que ser alterado. As alternativas eram
(A) A cerimônia à que iremos será celebrada a portas fechadas.
(B) O ensaio se iniciará as 18 h ante às escadas da igreja matriz.
(C) A teoria à qual me referia demorou a ser derrubada.
(D) As vezes esqueço de visitar à minha mãe aos domingos.

Em “A”, não usamos o artigo “a” antes do pronome “que”, então não teria crase. Em “B”, como 18 h é horário exato, a crase deveria ser usada em “às 18 h”. Em “D”, é obrigatório usar crase em “às vezes”. Apenas a “C” está correta.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

MATEMÁTICA

QUESTÃO 11: o recurso é improcedente, pois para arredondar um número, devemos identificar qual é o algarismo posterior à última casa decimal a ser conservada. Se o algarismo for menor que 5, o último algarismo de interesse é mantido. Se o algarismo for maior que 5, o último algarismo de interesse é acrescido em uma unidade. Por exemplo: $8,71 \approx 8,7$.

Então, $427.174,8 \approx 427.175$.

Portanto, a alternativa correta é a letra “D”, conforme gabarito oficial publicado.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 12: o recurso é improcedente, conforme resolução demonstrada a seguir:

$$[-(-1)^3]^3$$

$$[-(-1)^3]^3 = [-(-1)]^3 = [1]^3 = 1$$

Portanto, a alternativa correta é a letra “B”, conforme gabarito oficial publicado.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 13: o argumento procede e o gabarito será alterado de “D” para “A”

Diante do exposto, a banca examinadora defere o recurso interposto, alterando o gabarito de “D” para “A”.

QUESTÃO 18: o recurso é improcedente, conforme resolução demonstrada a seguir:

Casos	%
51	100
642	x

$$x = \frac{642 \cdot 100}{51}$$

$$x = 1.258,62\%$$

Logo, houve um aumento de $1.258,62 - 100 = 1.158,62$.

Portanto, a alternativa correta é a letra “A”, conforme gabarito oficial publicado.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

CONHECIMENTOS BÁSICOS DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

QUESTÃO 19: o recurso é improcedente, pois a diferença entre o quórum de maioria absoluta e o quórum de maioria simples reside no fato de que aquele (maioria absoluta) leva em consideração os vereadores que compõem a Câmara e não apenas os que estão presentes (maioria simples).

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 20: o recurso é improcedente, pois de acordo com a literalidade do artigo 105 da L.O.M. de Diadema, *A Prefeitura e a Câmara são obrigados a fornecer a qualquer interessado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, certidões dos atos, contratos e decisões, desde que requeridas para fim de direito determinado, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição. No mesmo prazo, deverão atender as requisições judiciais se outro não for fixado pelo Juiz.*

Parágrafo Único - *As certidões relativas ao Poder Executivo serão fornecidas pelos Secretários Municipais a cuja Pasta estiver afeto o assunto, exceto as declaratórias de efetivo exercício do Prefeito, que serão fornecidas pelo Presidente da Câmara.*

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 21: o recurso é improcedente, pois o Art. 109, da L.O.M. de Diadema estabelece que **É proibido** ao Poder Público Municipal e suas autarquias, *fornecer combustível a qualquer servidor municipal, ainda que o veículo esteja a serviço da municipalidade.*

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 23: o recurso é improcedente, pois o artigo 132, §1º do Estatuto dispõe que *A licença para tratamento de saúde será a pedido ou de ofício, sendo indispensável exame médico.* Está incorreto afirmar que tal licença será sempre a pedido, visto que há a possibilidade de ocorrer de ofício. Diante do exposto, a banca examinadora decide por manter o gabarito da questão.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 25: o recurso é improcedente, pois o Art. 195 do Estatuto estabelece que *As penas previstas nos incisos III a V (e não III e V) do Artigo anterior serão sempre registradas no prontuário individual do funcionário.* Isso quer dizer que a demissão (item IV) também deve ser registrado no prontuário.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 26: o recurso é improcedente, pois considerando a Lei nº 9.784/99, em seu Art. 2º, *A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.*,”

A alternativa “B” é falsa, pois refere-se ao Princípio da Motivação. Cada decisão tomada pela Administração Pública deve estar fundamentada pelas razões de fato e direito que levaram a ela, com maior ou menor detalhamento, conforme estabelece a Lei nº 9.784/99, “Art. 2º(...) *Parágrafo Único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de: VII – indicação dos pressupostos de fato e direito que determinarem a decisão.*”

A alternativa “D” é falsa, pois refere-se ao Princípio da Presunção de Legitimidade ou de Veracidade. Tal princípio descende diretamente do Princípio da Legalidade, pois a Administração só pode fazer o que está na lei, então, presumem-se que tudo que faça, seja com observância da lei. Para retirar a presunção de legalidade de um ato Administrativo, o instrumento correto é a Impugnação. Caso não seja impugnado, pode ser considerado exigível. Logo, ele é legítimo enquanto não for revogado ou declarado nulo.

A alternativa “A” é falsa, pois a Lei i exatamente o contrário, devendo seguir sempre o Princípio da Legalidade.

A alternativa correta é, portanto, a “C” pois refere-se ao Princípio da Legalidade. *Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa “pode fazer assim”; para o administrador público significa “deve fazer assim”.* O princípio da legalidade está explícito, especificamente, no art. 5º da Constituição Federal (CF/88), onde se lê: *Art. 5º, II – ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.*

Referência: Os Princípios mais Relevantes do Direito Administrativo Alexandre Guimarães Gavião Pinto p.132. Pro Juris. Disponível em:

<https://www.projuris.com.br/blog/principio-da-legalidade/>
<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/principios-do-direito-administrativo/134963299#:~:text=A%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%BAblica%20obedecer%C3%A1%20dentre,cincos%20b%C3%A1sicos%20da%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20I.>
<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/principios-ato-administrativo-e-poder-da-administracao-publica/321462191>

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 27: o recurso é improcedente, pois a alternativa correta é a “D”. Sobre o argumento, de acordo com Conceito de Direito Administrativo o exercício da função administrativa não é exclusividade do Poder Executivo. Os Poderes Legislativo e Judiciário também a exercem, de forma atípica, ao lado de suas funções típicas (legislativa e jurisdicional, respectivamente). O desempenho de funções administrativas deve sempre observar as normas e princípios pertinentes ao Direito Administrativo, independentemente do Poder que as esteja exercendo.

Referência: Noções de Direito Administrativo. Zilda Cristina Ventura Fajoses Gonçalves. Rede e-tec Brasil. pp. 13-14.

Jusbrasil. Conceito de Direito Administrativo. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/conceito-de-direito-administrativo/697679468>

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 28: o recurso é improcedente, pois A alternativa correta é a D. Todas estão corretas.

Em relação ao argumento acerca da afirmação II, o conceito de fundação pública mais comum é o disposto no art. 5º, IV do Decreto-Lei nº 200/67, com redação dada pela Lei nº 7.596/87, *in verbis*:

Art. 5º Para os fins desta lei, considera-se: (...)

IV - Fundação Pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, **sem fins lucrativos**, criada em virtude de autorização legislativa, **para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público**, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes.

As fundações públicas devem se destinar às atividades que de alguma forma tenham um fim coletivo, como relacionadas à assistência social, médica e hospitalar, educação e ensino, pesquisa e atividades culturais, todas de relevo coletivo o que justifica a vinculação de bens e recursos públicos para sua realização. Importante salientar ainda, que as fundações públicas possuem autonomia administrativa e não possuem fins lucrativos.

Referência: Administração pública direta e indireta. José Ricardo Leal Lozano, p.1
Legislação administrativa Estratégia Concurso, P. 21

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 31: recurso é improcedente, pois todos os itens estão corretos, conforme **Jusbrasil. Controle da Administração Pública:** Noções gerais, meios e instrumentos do controle jurisdicional. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/controle-da-administracao-publica/648596134#:~:text=Tamb%C3%A9m%20chamado%20de%20controle%20final%C3%ADstico,exercido%20sem%20que%20haja%20subordina%C3%A7%C3%A3o.>

Jusbrasil. Recursos jurídicos e administrativos; Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/recursos-juridicos-e-administrativos/795031917>

Benigno Núñez Novo. **Controle da Administração Pública.**
<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/direito/controle-administracao-publica.htm>

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 34: o recurso é improcedente, pois os bens públicos submetem-se a um regime jurídico próprio, e possuem quatro características: a inalienabilidade, a impenhorabilidade, a imprescritibilidade e a não onerabilidade. **Inalienabilidade:** como regra, os bens públicos não podem ser alienados, ou seja, não podem ser vendidos, doados ou serem objeto de permuta, enquanto o bem estiver afetado a uma finalidade pública; após perder tal destinação pública, isto é, após ser desafetado, o bem poderá ser alienado.

Impenhorabilidade: penhora é uma medida judicial, de caráter constritivo, que recai sobre os bens de um determinado credor, vislumbrando a satisfação de uma obrigação inadimplida. Em se tratando de bens públicos, a regra, não é aplicada, assim, os bens públicos, de qualquer espécie, não podem ser penhorados, uma vez que são utilizados para desempenho de atividades essencialmente públicas, homenageando, assim, o princípio da continuidade do serviço público. A impenhorabilidade não depende da condição do bem estar ou não afetado.

Imprescritibilidade: os bens públicos são imprescritíveis, ou seja, não estão sujeitos à aquisição por meio de usucapião. A regra constitucional da imprescritibilidade dos bens públicos é absoluta, e a qualquer tempo o ente público pode reivindicar algum bem de sua propriedade que esteja na posse de terceiros. Todos os bens públicos são imprescritíveis, conforme disposto no art. 102 do Código Civil.

Não Onerabilidade: onerar um determinado bem é oferecê-lo a um determinado credor em garantia em caso de inadimplemento de uma obrigação. Os bens públicos não podem ser onerados, sendo que tal característica é decorrente da impenhorabilidade e da imprescritibilidade, vedando, deste modo, que um bem público seja dado em garantia.

Referência: Jusbrasil. Bens Públicos. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/bens-publicos/721912052>

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 35: o recurso é improcedente, pois a afirmação I é falsa pois ele pode ser gratuito ou remunerado (pago) conforme exposto abaixo.

Os bens públicos podem ser classificados de três maneiras: Quanto à titularidade, quanto à destinação e quanto a disponibilidade.

Quanto à destinação os bens públicos podem ser classificados em: bens de uso comum do povo; bens de uso especial; Bens dominicais.

Os **bens de uso comum** do povo, também denominados de bens de domínio público em sentido estrito, são aqueles que, em razão de imposição legal ou em decorrência de sua natureza, podem ser utilizados por qualquer indivíduo, sem a necessidade de consentimento individualizado por parte do Poder Público. Podemos mencionar os rios, estradas, ruas e praças, como sendo bens de uso comum. Seu uso é gratuito, mas pode ser remunerado, por exemplo: pedágio em estradas, estacionamento em ruas.

Bens de uso especial são aqueles destinados à execução de atividades e serviços públicos, por exemplo, um determinado prédio onde está alocada a sede de um determinado órgão público, hospitais públicos, escolas públicas, aeroportos, viaturas.

Bens dominicais são aqueles que constituem o patrimônio de uma determinada pessoa jurídica de direito público, como objeto de direito pessoal ou real. Nesse sentido, são todos os bens que não têm uma destinação pública específica, ou seja, não estão destinados à utilização comum da coletividade, nem se encontram afetados a um serviço administrativo.

Referência: Bens públicos. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/os-bens-publicos/1793248112>

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 37: o recurso é improcedente, pois a afirmação II é falsa pois a definição é do método ideográfico
- O método alfanumérico procura utilizar as vantagens dos métodos alfabético e numérico. Esse método trabalha com uma tabela constituída de divisões do alfabeto, previamente planejadas e numeradas em ordem crescente.
- O método Ideográfico organiza os documentos por assunto. Uma vez identificados os assuntos, os temas gerais podem ser considerados por nome ou códigos numérico a eles atribuídos. Os códigos numéricos sempre apresentação uma relação do GERAL para o Particular.

Referência: Documentação e arquivamento. Senai, p. 10 e 11.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 40: o recurso é improcedente, pois de acordo com o Capítulo XI – Dos Recursos:

11.9. Não serão apreciados os recursos que forem apresentados:

11.9.1. Em desacordo com as especificações contidas neste Capítulo.

11.9.2. Fora do prazo estabelecido.

11.9.3. Sem fundamentação lógica e consistente.

11.9.4. Com argumentação idêntica a outros recursos.

11.9.5. Contra terceiros.

11.9.6. Com teor que desrespeite a Banca Examinadora.

11.10. Em hipótese alguma, serão aceitos revisão de recurso, recurso do recurso ou recurso de Gabarito Final Definitivo.

Ademais, o gabarito é a alternativa “A”, conforme abaixo.

201 - AGENTE ADMINISTRATIVO II																																							
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	C	D	A	B	A	B	C	D	B	D	B	D	B	A	A	C	C	A	B	A	D	B	C	D	D	C	D	D	A	D	D	C	B	B	B	D	A

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Atenciosamente,

Instituto Mais de Gestão e Desenvolvimento Social

ENSINO MÉDIO COMPLETO – TARDE

202 – AGENTE DE APOIO ESCOLAR, 203 – TÉCNICO AGRÍCOLA, 204 – TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO e 205 – TÉCNICO EM CONTABILIDADE

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 1: o recurso é improcedente, pois questão e gabarito encontram-se corretos e não há o que ser alterado. Interpretar significa retirar de um texto informações explícitas e implícitas. O candidato poderia resolver a questão usando tanto informações explícitas quanto depreendendo a informação a partir do raciocínio lógico. Temos no texto que: “Como filha temporã, a vida me preparou para a morte desde cedo”. A partir desta afirmação, não sabendo o significado de temporã, o candidato precisa imaginar que tipo de filha poderia ter sido preparada para a morte desde cedo. O trecho seguinte “fez de Tia Neném minha primeira defunta. Eu, nove. Ela, 89” nos ajuda a entender que ela começou a perder parentes bastante cedo, com 9 anos. Juntando as 2 informações, podemos inferir que ser temporã quer dizer nascer aos pais mais tarde do que o esperado, o que indica que provavelmente os demais parentes dela eram mais velhos assim como seus pais.

Usando os dados explícitos, o candidato poderia resolver a questão simplesmente por conhecer o termo temporã, que é bastante usado em diferentes áreas e não é um termo antigo, ainda é usado. Por exemplo, aparece em jornais:

Sexta-feira passada (15) escrevi aqui neste espaço que o romance **temporão** entre Eliéser e Kamilla não convencia ninguém. *Folha de S.Paulo, 18/02/2013*

Ao fim do périplo, a família se mudou para o Rio de Janeiro, disposta a dar ao caçula **temporão** o ensino que a vocação demonstrada desde os três anos pedia. *Folha de S.Paulo, 02/07/2012*

Há ocorrências da palavra na Bíblia:

...ante do santuário eu suplicava por ela, e até o fim vou procurá-la; ela floresceu, como a uva temporã. (Eclo 51,17-27)

Em um site especializado em avicultura:

A ocorrência temporã deixou a sensação de que um novo ciclo da doença, se viesse, seria menos grave que o anterior. *Avisite, o porta da avicultura, 2023*

E também aparece em material sobre literatura:

Como o título já adianta, a narrativa gira em torno da bolsa da protagonista Raquel, filha caçula e temporã que é incompreendida pela sua família.

A bolsa que carrega um mundo: a imagem da bagagem em *A bolsa amarela*, de Lygia Bojunga, 2023

Sendo uma palavra de uso corrente diversificado, ou seja, não é um termo técnico, não é absurdo esperar que o candidato conheça tal palavra.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 2: o recurso é improcedente, pois questão e gabarito encontram-se corretos e não há o que ser alterado. A alternativa A não apresenta personificação por que a gente dos verbos é a própria autora, uma pessoa. A alternativa C também não apresenta a personificação porque uma cola pode literalmente manter 2 coisas unidas, ou seja, no contexto, esta não é uma propriedade humana aplicada à cola. Por fim, na alternativa D, é um Vigia, ou seja, uma pessoa, que ouve os gritos e liberta a mulher do cemitério. A alternativa B é, então, a única correta, já que atribui-se habilidade de preparar e de ter senso de humor, 2 coisas essencialmente humanas, à “vida”.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 4: o recurso é improcedente, pois questão e gabarito encontram-se corretos e não há o que ser alterado. O único sinônimo da palavra “transida” presente nas alternativas é de fato “impregnada”. A frase em que a palavra se encontra é “Viúvas transidas pela dor”. Para entendermos que elas estão debilitadas ou desesperadas, o mesmo para inferirmos o estado de espírito delas, precisamos considerar a expressão completa “transidas pela dor”, ainda assim, desesperadas e debilitadas não veiculam o mesmo sentido que a expressão completa. A palavra “transida” tem o mesmo prefixo que “transpassar”, “transeunte”, ou seja, tem a ver com “atravessar”, o que o prefixo expressa. Alguém que está atravessando pela dor, está, portanto, impregnado por ela. Assim, apenas a alternativa D está correta.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 7: o recurso é improcedente, pois questão e gabarito encontram-se corretos e não há o que ser alterado. A palavra “intuí” tem acento por ser “flexão do verbo intuir na: 1ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo” ver o dicionário “dicio” ou consultar o site “conjugação.com” para verificar essa acentuação.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 10: o recurso é improcedente, pois questão e gabarito encontram-se corretos e não há o que ser alterado. O uso da crase em “pode se preparar para uma jornada semelhante à qual empreendemos semana passada” não tem relação alguma com o verbo “empreender”, mas advém do fato de que “semelhante” pede preposição “a” e ela se junta ao “a” do pronome relativo “a qual”.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

MATEMÁTICA

QUESTÃO 11: o recurso é improcedente, conforme resolução demonstrada abaixo:

Gramas	Kcal
100	122
250	x

$$x = \frac{250 \cdot 122}{100}$$

$$x = 305 \text{ Kcal (banana natural)}$$

Após a fritura dobra-se o valor, portanto o valor corresponde a **610 Kcal**, conforme o gabarito oficial divulgado.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 12: o recurso é improcedente, pois tratando-se de uma questão de cálculo matemático, o candidato deveria se atentar aos dados expostos no enunciado para a correta resolução da questão. Vale destacar que o texto da questão inicia-se com “Considerando que a população...”, logo, os dados seguintes são os dados que deveriam ser **considerados** para a resolução.

Segue resolução:

$$\text{ÁREA} = 429.550 : 14 = 30.682,14.$$

Portanto a resposta correta é a alternativa “A”, conforme o gabarito oficial divulgado.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 13: o recurso é improcedente, pois observando as ordens do número e a reta numérica, o antecessor de -4 é igual a -5, sendo que o sucessor de -4 é -3. Na reta numérica, o -5 vem antes do -4, e o -3 é o seu sucessor. Lembre-se de que o antecessor é o número que vem antes do número que temos como ponto de início ou referência.

Para fazermos a representação dos números inteiros na reta, consideramos como a origem o meio da reta, que é onde está localizado o número 0. À direita de 0, ficam todos os números positivos, e, à esquerda de 0, todos os números negativos.



Todo número inteiro possui um sucessor e um antecessor bem definido. Assim como nos números naturais, sucessor é o que vem depois e antecessor é o número que vem antes. Por exemplo, o sucessor de 0 é 1, e o antecessor de 0 é -1. De modo geral, o sucessor de um número n é $n + 1$, e o seu antecessor é representado por $n - 1$. Para encontrarmos o sucessor de um número na reta, andamos uma unidade para a direita, e para encontrarmos o seu antecessor, andamos uma unidade para a esquerda.

Muitas pessoas confundem-se ao trabalharem com antecessor e sucessor de números negativos. Nesse sentido, note que, por exemplo, o sucessor de -4 é -3 e que o **antecessor de -4 é -5** . Portanto, o gabarito correto é a alternativa “B”, conforme gabarito oficial divulgado.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 16: o recurso é improcedente, pois De acordo com o Capítulo XI – Dos Recursos:

11.9. Não serão apreciados os recursos que forem apresentados:

11.9.1. Em desacordo com as especificações contidas neste Capítulo.

11.9.2. Fora do prazo estabelecido.

11.9.3. Sem fundamentação lógica e consistente.

11.9.4. Com argumentação idêntica a outros recursos.

11.9.5. Contra terceiros.

11.9.6. Com teor que despreze a Banca Examinadora.

11.10. Em hipótese alguma, serão aceitos revisão de recurso, recurso do recurso ou recurso de Gabarito Final Definitivo.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 18: o recurso é improcedente, pois para resolver essa expressão, primeiro deve-se converter todas as unidades para metros, conforme segue:

1. **5,6 metros:** Não necessita de conversão, pois já está em metros.
2. **0,003 decâmetros:** Para converter decâmetros para metros, multiplica-se por 10 (1 decâmetro = 10 metros). Portanto, $0,003 \times 10 = 0,03$.
3. **500 centímetros:** Para converter centímetros para metros, divide-se por 100 (1 centímetro = 0,01 metros). Portanto, $500 \times 0,01 = 5$.

Somando-se todas as partes: $5,6 + 0,03 - 5 = 0,63$

Portanto, o gabarito correto é a alternativa “D”, conforme gabarito oficial divulgado.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

CONHECIMENTOS BÁSICOS DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

QUESTÃO 20: o recurso é improcedente, pois ao se afirmar que o Município promoverá, com o objetivo de impedir a ocupação desordenada do solo e a formação de favelas o parcelamento do solo para **toda a população**, está se referindo a todas as pessoas e não à população carente, especificamente. Ademais, se no edital consta Lei Orgânica do Município, compreende-se que a banca elaboradora possa se utilizar de qualquer assunto contido na referida Lei. Além disso, é importante que o servidor municipal, assim como os munícipes em geral, conheçam sobre

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 22: o recurso é improcedente, pois se no edital consta Lei Orgânica do Município, compreende-se que a banca elaboradora possa se utilizar de qualquer assunto contido na referida Lei. Além disso, é importante que o servidor municipal, assim como os munícipes em geral, conheçam acerca de projetos de lei, inclusive seus prazos.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 25: o recurso é improcedente, pois o Art. 213 estabelece que Nos casos de demissão ou cassação de aposentadoria, será instaurado Processo Administrativo. A menção da palavra “apenas” não invalida a alternativa, visto que tal dispositivo apresenta apenas esses dois institutos (demissão e cassação de aposentadoria).

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS 202 – AGENTE DE APOIO ESCOLAR

QUESTÃO 27: o recurso é improcedente, pois o candidato deve ter se equivocado ao consultar o gabarito, pois de acordo com o documento publicado, a resposta correta para a questão 27 é a “B”, como pode ser conferido a seguir:

202 - AGENTE DE APOIO ESCOLAR																																							
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	B	A	D	D	B	C	A	D	C	D	A	B	A	B	C	B	D	D	C	D	A	D	D	A	D	B	C	A	C	B	C	D	B	A	B	D	B	A	C

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 28: o recurso é improcedente, pois de acordo com a LDBEN, § 11. A educação digital, com foco no letramento digital e no ensino de computação, programação, robótica e outras competências digitais, será componente curricular do **ensino fundamental e do ensino médio**. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023).

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 29: o recurso é improcedente, pois De acordo com o Capítulo XI – Dos Recursos:

11.9. Não serão apreciados os recursos que forem apresentados:

11.9.1. Em desacordo com as especificações contidas neste Capítulo.

11.9.2. Fora do prazo estabelecido.

11.9.3. Sem fundamentação lógica e consistente.

11.9.4. Com argumentação idêntica a outros recursos.

11.9.5. Contra terceiros.

11.9.6. Com teor que despreze a Banca Examinadora.

11.10. Em hipótese alguma, serão aceitos revisão de recurso, recurso do recurso ou recurso de Gabarito Final Definitivo.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 32: o recurso é improcedente, pois de acordo com o ECA:

Art. 245. Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente:

Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 33: o argumento procede, a questão deverá ser anulada e o ponto referente a ela, atribuído a todos os candidatos presentes.

Diante do exposto, a banca examinadora defere o recurso interposto, anulando a questão.

QUESTÃO 35: o recurso é improcedente, pois de acordo com o artigo 54 do ECA:

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: atendimento em creche e pré-escola às crianças de **zero a cinco anos de idade**; (Redação dada pela Lei nº 13.306, de 2016).

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 36: o recurso é improcedente, pois de acordo com o livro “Primeiros Socorros para o Ambiente Escolar”:

A cor e a umidade da pele são também sinais de apoio muito importantes. A pele pode ser observada nas extremidades, onde as alterações se manifestam mais rapidamente. Pode ficar úmida e pegajosa, o que pode indicar um estado de choque (diminuição do volume de sangue circulante). Em situações anormais a pele pode apresentar-se: (SANTORO, 2013).

- Azulada (cianose): como no caso de parada cardiorrespiratória, asfixia, falta de ar ou exposição ao frio;

- Pálida: em casos de hemorragias, estado de choque, pós-reanimação cardiopulmonar prolongada ou mesmo tensão emocional;

- Avermelhada (hiperemiada): em caso de febre, queimaduras de primeiro grau e traumatismos;

- Fria, úmida e pegajosa: no caso de estado de choque.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 37: o recurso é improcedente, pois não há duas questões 37, há a indicação de uma situação hipotética a ser analisada para responder à referida questão.

Além disso, o enunciado da questão apresenta a informação de que o socorro especializado já foi chamado. A conduta apresentada como correta está de acordo com o livro: “Primeiros Socorros para o Ambiente Escolar”, p. 43:

as; entre outros (BRASIL, 2003).

Deve-se confirmar a ingestão da substância, bem como identificá-la. A vítima deve ser transportada, imediatamente, ao serviço hospitalar e, se possível, deve-se levar uma amostra da planta ou substância tóxica ingerida para que seja realizada sua identificação e o melhor tratamento possa ser aplicado. A observação da vítima é fundamental, pois alguns sintomas podem ser tardios (BRASIL, 2003).

Exemplos de plantas e substâncias venenosas: a maconha, caroço de cereja, caroço de pêssigo, caroço de damasco, trepadeira venenosa, erva-de-passarinho, brotos de batata, diefembácia (comigo-ninguém-pode), loureiro, lírio-do-vale, coração-de-maria, cogumelos, entre outros (BRASIL, 2003).

Cuidados gerais a se seguir em tais situações (BRASIL, 2003):

- Cuidados com a segurança do socorrista, para que este não entre em contato com o produto intoxicante;
- Não deixar a vítima sozinha;
- Não provocar vômito;
- **Lavar a boca com água corrente;**
- Não oferecer líquidos e alimentos;
- Transportar a vítima em posição lateral, de segurança, para evitar aspiração de vômito;
- Afrouxar as roupas da vítima para permitir que esta respire melhor;
- Evitar aglomeração de pessoas ao redor da vítima;
- Manter a vítima calma e em repouso;
- Monitorar sinais vitais e nível de consciência;
- Encaminhar a vítima ao serviço hospitalar, imediatamente.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 40: o recurso é improcedente, pois de acordo com o Manual de Primeiros Socorros da Fiocruz, p. 142, <https://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/manuais/biosseguranca/manualdeprimeirossocorros.pd>:

Não demonstrar apreensão.

Atuar com calma, rapidez, segurança e bastante compreensão.

A tranquilidade do acidentado é fundamental.

Nunca romper as bolhas.

Não retirar as roupas queimadas que estiverem aderidas à pele.

Não submeter à ação da água, uma queimadura com bolhas rompidas.

Separar a causa do acidentado ou o acidentado da causa.

Cobrir cuidadosamente com um pano limpo as partes queimadas, pois estes ferimentos são vulneráveis à infecção.

Tomar medidas apropriadas para prevenção do choque. Ajudar o acidentado a obter atendimento qualificado.

A 3ª proposição é falsa.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

ENSINO SUPERIOR COMPLETO – TARDE (EXCETO MÉDICOS)

- 301 – ANALISTA DE SISTEMAS – BANCO DE DADOS E ADMINISTRAÇÃO DE DADOS,
302 – ANALISTA DE SISTEMAS – GEOPROCESSAMENTO,
303 – ANALISTA DE SISTEMAS – SUPORTE E SEGURANÇA,
304 – ANALISTA DE SISTEMAS – SUSTENTAÇÃO E PROGRAMAÇÃO DE SISTEMAS DE
INFORMAÇÃO,
305 – ANALISTA DE SISTEMAS – SUSTENTAÇÃO E PROGRAMAÇÃO VISUAL E WEB,
306 – CONTADOR, 307 – ENGENHEIRO CIVIL DE OBRAS,
308 – ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO, 309 – ENGENHEIRO SANITARISTA,
310 – ENGENHEIRO – TELECOMUNICAÇÕES E REDE, 311 – FONOAUDIÓLOGO,
359 – TERAPEUTA OCUPACIONAL

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 3: o recurso é improcedente, pois candidatos argumentam que a alternativa D está correta, mas sem fundamentação. A palavra “bula”, utilizada na alternativa em tela, é empregada em sentido literal. A palavra foi empregada em seu contexto natural, referindo-se a um documento emitido pelo papa. A alternativa A, por sua vez, utiliza a palavra “batizado” com sentido figurado. O batismo é um ritual de iniciação. Na alternativa em tela, ele é utilizado figurativamente uma vez que não é possível submeter um calendário a um rito de iniciação. Além do que o ato do batismo pressupõe a imersão ou ablução com água. Batizar um calendário equivaleria a submetê-lo à imersão na água, processo que poria em risco a existência de um calendário.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 4: o recurso é improcedente, pois candidatos pedem pelo acerto da alternativa C, mas sem fundamento na norma. O verbo “obedecer”, na alternativa C, deveria ser conjugado no singular. Isto porque ele está sendo regido pela preposição “a” e, neste caso, o “se” não é partícula apassivadora, mas índice de indeterminação do sujeito. Pela mesma regra a alternativa B está correta, pois a preposição “de” indica que “tratar” é verbo transitivo indireto. Logo, o “se” é indicativo de indeterminação do sujeito. Pelas razões acima, **indefiro** o recurso.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÃO 9: o recurso é improcedente, pois dada a proposição composta $(q \rightarrow p) \wedge (\neg p \rightarrow r)$, sua tabela de verdade final é

$((q \rightarrow p)) \wedge ((\neg p) \rightarrow r))$
F
V
V
V
F
F
V
V

A única alternativa que apresenta uma tabela oposta é:

$$c) (q \wedge \neg p) \vee (\neg p \wedge \neg r).$$

A argumentação do candidato não faz sentido, pois esta é uma tabela com 8 linhas e não apenas 4.

$((q \wedge (\sim p)) \vee ((\sim p) \wedge (\sim r)))$
V
F
F
F
V
V
F
F

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 10: o recurso é improcedente, pois a pessoa pode retirar um vale para doce e um para massagem ou um para massagem e um para doce, para que se retire um de cada tipo. Temos então, a seguinte probabilidade.

$$\frac{16}{48} \cdot \frac{32}{47} + \frac{32}{48} \cdot \frac{16}{47} = \frac{512 + 512}{2256} = \frac{1024}{2256} \cong 0,454 \cong 45\%$$

Alternativa (A) do gabarito, única e correta.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 11: o recurso é improcedente, pois considerando “Michele não ajuda em casa” = $\neg A$, “Michele trabalha” = T e “Michele ganha mesada” = M , temos que $\neg(\neg A \wedge T) \equiv (A \vee \neg T) \equiv (\neg T \vee A) \equiv T \rightarrow A$ e $A \rightarrow M$. De $T \rightarrow A$ e $A \rightarrow M$ deduzimos $T \rightarrow M$, voltando a linguagem natural, temos “Se Michele trabalha, então ganha mesada, alternativa (B) do gabarito, única e correta.

A alternativa (D) “Se Michele não trabalha, então não ajuda em casa” não é correta, pois não pode ser deduzida das premissas $\neg(\neg A \wedge T)$ e $A \rightarrow M$.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 12: o recurso é improcedente, pois raciocínio lógico é um processo de estruturação do pensamento de acordo com as normas da lógica que permitem chegar a uma determinada conclusão ou resolver um problema. Um raciocínio lógico requer consciência e capacidade de organização do pensamento. Deste modo, o raciocínio lógico pode demandar conceitos básicos aprendidos no ensino fundamental ou mesmo ensino médio. Assim, nesta questão, um possível raciocínio para que se chegue ao valor pedido é:

O conjunto A dos números inteiros maiores ou iguais a dois elevados ao quadrado é

$$A = \{4, 9, 16, 25, 36, \dots\}$$

Assim, a única alternativa correta é a letra (D) do gabarito, $\exists x \in A, x > 4$. (leia-se: Existe x pertencente a A tal que x é maior que 4), um problema de lógica do primeiro grau.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 13: o recurso é improcedente, pois sejam $A: (p \rightarrow \neg q) \wedge q$ e $B: (s \vee \neg r) \wedge r$ verdadeiras, logo, Como $(s \vee \neg r) \wedge r$ é verdadeiro, cada uma de suas partes também o é. Logo, r é verdadeiro e s é verdadeiro, pois $(s \vee \neg r)$.

Como $(p \rightarrow \neg q) \wedge q$ é verdadeiro, cada uma de suas partes também o é. Logo, q é verdadeiro e $\neg p$ é verdadeiro, pois $(p \rightarrow \neg q) \equiv (q \rightarrow \neg p)$ e q é verdadeiro.

Assim, temos que $s \wedge \neg p$, alternativa (B), única e correta, é uma conclusão válida.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 14: o recurso é improcedente, pois o enunciado claramente diz que são 3 sabores, chocolate, baunilha e morango, com bolos desses sabores, porém diferentes entre si. Deste modo temos 8 bolos diferentes, mas dentro desses sabores.

Logo, temos de organizar os bolos da seguinte forma.

3 bolos de chocolate = $3! = 6$.

2 bolos de baunilha = $2! = 2$.

3 bolos de morango = $3! = 6$.

E como temos esses três sabores, podemos primeiro colocar os de chocolate, depois de baunilha e depois de morango, ou primeiro de chocolate, depois de morango e depois de baunilha, enfim, existem $3! = 6$ maneiras diferentes de organizar os sabores.

Portanto, existem ao todo, $6 \cdot 2 \cdot 6 \cdot 6 = 432$, alternativa (C) do gabarito, única e correta.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 15: o recurso é improcedente, pois a alternativa (A) do gabarito, única e correta, conforme pode-se verificar em $\neg((p \rightarrow q) \vee \neg r) \equiv \neg(p \rightarrow q) \wedge \neg \neg r \equiv \neg(\neg p \vee q) \wedge r \equiv (p \wedge \neg q) \wedge r$.

Qualquer outra alternativa não é equivalente a $\neg((p \rightarrow q) \vee \neg r)$ por nenhum raciocínio lógico válido.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

CONHECIMENTOS BÁSICOS DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

QUESTÃO 17: o recurso é improcedente, pois a proposição II, ao contrário do que sustenta o candidato, não está correta, conforme trecho da Lei Orgânica do Município de Diadema abaixo:

Artigo 34. O Presidente da Câmara, ou seu substituto, só terá voto:

- I. Na eleição da Mesa;
- II. quando a matéria exigir, para sua aprovação, o voto favorável de **dois terços** dos membros da Câmara;
- III. quando houver empate em qualquer votação no Plenário.

Portanto, a alternativa correta é a “D” que consta que apenas as proposições I e III são corretas.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

301 – ANALISTA DE SISTEMAS - BANCO DE DADOS E ADMINISTRAÇÃO DE DADOS

QUESTÃO 29: o recurso é improcedente, pois Para elaboração da questão foram consultados materiais de estudo contendo o assunto apresentado no enunciado de forma clara e objetiva além da aplicação das fórmulas para validação do cenário hipotético, que traz o texto abaixo:

Em uma tabela de banco de dados estão armazenados os dados dos jogadores de um determinado jogo, tais como código, nome e pontuação.

Foi utilizada a sintaxe de uso da cláusula TOP, no SQL Server, gerando o quadro abaixo.



ID	NOME	PONTOS
1	JOÃO	10
2	MARIA	20
3	JOSÉ	30
4	FRANCISCA	40
5	PEDRO	50
6	ANTÔNIA	60
7	CARLOS	70

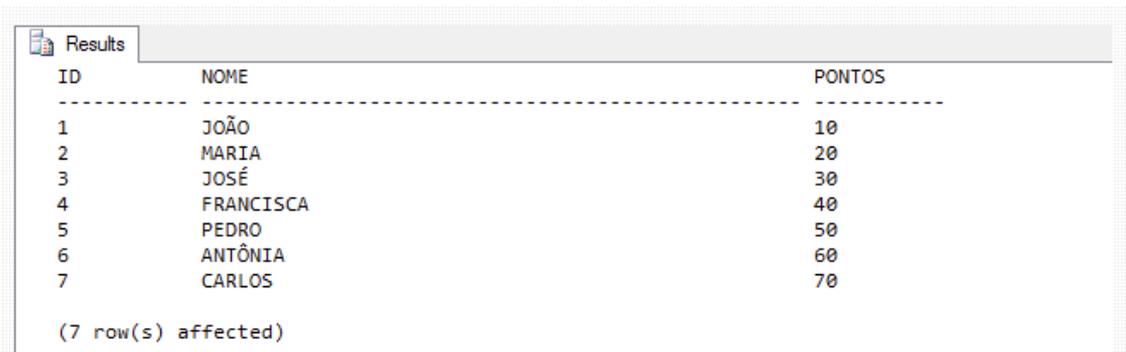
(7 row(s) affected)

Em determinado momento, deseja-se obter um ranking com os três melhores jogadores, tomando como critério a pontuação.

Considerando a utilização do SGBD Oracle, assinale a alternativa que apresenta a sintaxe correta para a instrução desejada.

A cláusula TOP da linguagem SQL é utilizada para limitar o número de registros retornados por uma consulta e é pode, por exemplo, garantir certo ganho de desempenho em algumas consultas que normalmente seriam compostas por uma quantidade muito grande de registros.

O parâmetro [NUMERO DE REGISTROS] indica a quantidade de linhas que a consulta deve retornar. No caso do ranking dos três primeiros jogadores, esse valor seria 3. A partir desse ponto, a consulta mantém sua sintaxe padrão. Como no exemplo do enunciado, foram elaborados alguns dados para trazer uma tabela com a posição dos jogadores, classificados pelos elementos ID, NOME e PONTOS.



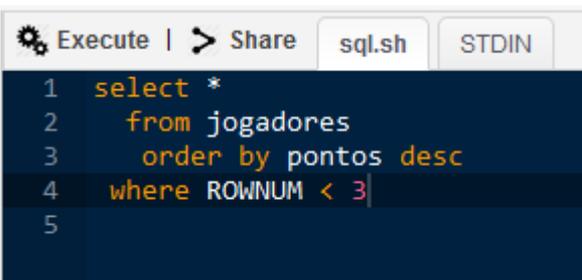
ID	NOME	PONTOS
1	JOÃO	10
2	MARIA	20
3	JOSÉ	30
4	FRANCISCA	40
5	PEDRO	50
6	ANTÔNIA	60
7	CARLOS	70

(7 row(s) affected)

Foi aplicada a string:

```
SELECT * FROM JOGADORES ORDER BY PONTOS DESC WHERE ROWNUM < 3
```

Na console:



```
Execute | Share sql.sh STDIN  
1 select *  
2   from jogadores  
3   order by pontos desc  
4   where ROWNUM < 3  
5
```

Foram puxados os dados do SQL Server, da tabela JOGADORES, utilizando a instrução ORDER BY para que os resultados retornados pudessem ser ordenados em ordem descendente DESC, a partir da variável PONTOS, usando a cláusula WHERE para condicionar a cláusula ROWNUM, a filtrar com o parâmetro < 3, os três elementos (do maior

para o menor) da tabela. Aplicada a query na console e executado o comando, se obteve o resultado abaixo (os três melhores jogadores, por ordem de maior pontuação):



ID	NOME	PONTOS
7	CARLOS	70
6	ANTÔNIA	60
5	PEDRO	50

(3 row(s) affected)

Nas documentações consultadas, não foram encontradas evidências de que, para buscar valores objetivos, deve-se inserir um número a mais daquele desejado, como o denominado relatório top-N, apresentado como item desqualificativo.

O ROWNUM filtra o resultado da query, ou seja, ele é aplicado nos registros retornados pela query. Se o desenvolvedor deseja exibir apenas N registros do resultado de uma query, pode adicionar o ROWNUM após o WHERE, seguindo do parâmetro dos registros solicitados, como na query do enunciado.

Com as evidências apresentadas acima, a alternativa **D** é a única correta, conforme consta no gabarito oficial.

Baseado nestes argumentos, a Banca Examinadora julga o recurso indeferido para essa questão.

Material de pesquisa:

Devmedia. SQL: Top. Disponível em: <<https://www.devmedia.com.br/sql-top/41214>>

Devmedia. SELECT TOP em vários SGBDs. Disponível em: <<https://www.devmedia.com.br/select-top-em-varios-sgbds/25560>>

W3 Schools. SQL TOP, LIMIT, FETCH FIRST or ROWNUM Clause. Disponível em: <https://www.w3schools.com/sql/sql_top.asp>

Microsoft Build. ROW_NUMBER (Transact-SQL). Disponível em: <<https://learn.microsoft.com/pt-br/sql/t-sql/functions/row-number-transact-sql?view=sql-server-ver16>>

Oracle® Database SQL Reference. ROW_NUMBER. Disponível em: <https://docs.oracle.com/cd/B14117_01/server.101/b10759/functions122.htm#i86310>

Fórum Alura. Uso de ROWNUM em Query filtrando outras coisas na cláusula WHERE. Disponível em: <<https://cursos.alura.com.br/forum/topico-uso-de-rownum-em-query-filtrando-outras-coisas-na-clausula-where-150134>>

Revelo Community. SQL Subquery: o que você precisa saber. Disponível em: <<https://community.revelo.com.br/sql-subquery-o-que-voce-precisa-saber/>>

SQL Online. Disponível em: <<https://sqliteonline.com/syntax/index/>>

Tutorialpoint. Execute SQL Online (Oracle XE 11.2.0-1.0). Disponível em: <https://www.tutorialspoint.com/oracle_terminal_online.php>

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

303 – ANALISTA DE SISTEMAS - SUPORTE E SEGURANÇA

QUESTÃO 26: o argumento procede, a questão deverá ser anulada e o ponto referente a ela, atribuído a todos os candidatos presentes.

Diante do exposto, a banca examinadora defere o recurso interposto, anulando a questão.

305 – ANALISTA DE SISTEMAS – SUSTENTAÇÃO E PROGRAMAÇÃO VISUAL E WEB

QUESTÃO 40: o recurso é improcedente, pois para garantir a clareza e transparência do processo de avaliação, é importante destacar que a prova foi meticulosamente elaborada com base nas matérias listadas no conteúdo programático do edital. Todas as questões estão estritamente alinhadas aos temas solicitados, assegurando que os tópicos relevantes sejam abordados de forma abrangente e adequada.

Detalhamento das Matérias do Edital e Correspondência com as Questões da Prova

Diagramação

Edital: Técnicas de composição, hierarquia informacional, malha construtiva, margens, colunas.

Prova: Questões que envolvem a escolha de layouts eficazes, uso estratégico de colunas e margens, e aplicação de uma hierarquia clara de informações.

Tipografia

Edital: Design e anatomia de tipos, medidas e proporções, legibilidade, composição tipográfica, fonte, família, estilos, corpo, entrelinha, entreletra.

Prova: Perguntas sobre a seleção e aplicação de tipos, avaliação da legibilidade, e detalhes técnicos da tipografia como a escolha de entrelinhas e entreletras adequadas.

Projeto gráfico

Edital: Conceito de projeto gráfico, etapas do projeto gráfico, briefing para produção gráfica, concepção, produção e reprodução de um projeto gráfico, rough, layout, arte-final.

Prova: Aborda desde a concepção inicial de um projeto gráfico, passando pelo desenvolvimento de layouts até a arte-final, com ênfase nas etapas de produção conforme o briefing.

Cor

Edital: Harmonia cromática, contrastes cromáticos e percepção, sistemas de cores, psicodinâmica das cores, sínteses aditiva e subtrativa, reprodução de cores, relações cromáticas, quadricromia, escala de cores, Escala Pantone.

Prova: Inclui questões sobre o uso efetivo das cores, entendimento da quadricromia, e aplicação da Escala Pantone em projetos gráficos.

Imagem

Edital: Ilustração, fotografia, símbolos, pictogramas, contraste, diagramas.

Prova: Questões focadas na seleção e uso de imagens, ilustrações e fotografia, explorando como o contraste e a escolha de símbolos influenciam a eficácia da comunicação visual.

Identidade Visual

Edital: Conceito de identidade visual, identidade corporativa e comunicação corporativa, logotipo, símbolo, marca, cores padrão lettering, regras de uso, aplicações da marca, sinalização.

Prova: Perguntas sobre o desenvolvimento e aplicação de identidade visual, abordando a criação de logotipos, a escolha de cores padrão, e as técnicas de aplicação da marca.

Cada questão foi cuidadosamente formulada para avaliar o conhecimento e a aplicabilidade dos conceitos dentro das expectativas estabelecidas pelo edital. Esta abordagem assegura que a prova não apenas teste o conhecimento teórico, mas também habilite os candidatos a demonstrarem sua capacidade de aplicar esses conhecimentos em contextos práticos.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

306 – CONTADOR

QUESTÃO 28: o recurso é improcedente, pois consta no conteúdo programático... “Constituição Federal de 1988, atualizada e Emenda Constitucional nº 25/2000. Os crimes praticados contra as finanças públicas (Lei Federa Inº 10.028/2000)”.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 32: o recurso é improcedente, pois consta no conteúdo programático... A resposta correta é a B, porém está de acordo com a Lei n.º 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos: “**Art. 5º** Na aplicação desta Lei, serão observados **os princípios** da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, **da economicidade** ...”). Importante salientar

que consta no conteúdo programático... “Lei nº 10.520/2000: conceito, finalidade e modalidades de licitação..., sendo que a Lei n.º 10.520/2000 foi revogada pela LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, logo, é esta a atual”.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 33: o recurso é improcedente, pois consta no conteúdo programático... “Lei nº 10.520/2000: conceito, finalidade e modalidades de licitação... Lei n.º 10.520/2000, revogada pela LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, logo, é esta a atual”.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

307 – ENGENHEIRO CIVIL DE OBRAS

QUESTÃO 21: o recurso é improcedente, pois independente do gabarito ter uma quantidade maior de uma letra, isso não prejudica ou induz a erro o candidato preparado, pois há somente uma alternativa correta para cada questão. Ademais, compete ressaltar que o candidato preparado não hesitaria em escolher a resposta adequada.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 22: o recurso é improcedente, pois **Segundo a ABNT NBR 15113:2004 – Resíduos sólidos da construção civil e resíduos inertes- aterros – diretrizes para projeto, implantação e operação**, o processo de disposição segregada de resíduos triados para reutilização ou reciclagem futura denomina-se **reservação de resíduos**.

Ademais, a raiz da referida questão deixa claro e explícito conforme segue: “**Na gestão de resíduos sólidos da construção civil**, o processo de disposição segregada de resíduos triados para reutilização ou reciclagem futura denomina-se”. Portanto, resposta correta: **reservação de resíduos**.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 25: o recurso é improcedente. Vejamos o cálculo do momento fletor máximo que traciona as fibras inferiores da viga

$$M_{\max} = -P.L_b + (q.L^2/8)$$

$$M_{\max} = (- 5 \times 1) + (10 \times 6^2/8) = 40 \text{ kNm}$$

Portanto, resposta correta: **40 kNm**

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 27: o recurso é improcedente, pois o enunciado da referida questão é claro e preciso, pois, refere-se ao seguinte contexto: “Para o projeto de um depósito de material de construção, foi dimensionada uma **laje maciça retangular de concreto armado** com **7 cm²/m de armadura principal de flexão em uma direção, com aço CA50**.
...”

Segundo a ABNT NBR 2118:2023 – Projeto de estruturas de concreto

20 Detalhamento de lajes

20.1 Prescrições gerais

As armaduras devem ser detalhadas no projeto de forma que, durante a execução, seja garantido o seu posicionamento durante a concretagem.

Qualquer barra da armadura de flexão deve ter diâmetro no máximo igual a $h/8$.

As barras da armadura principal de flexão devem apresentar espaçamento no máximo igual a $2h$ ou 20 cm, prevalecendo o menor desses dois valores na região dos maiores momentos fletores. Para barras com diâmetro maior ou igual a 20 mm, o espaçamento máximo pode ser igual a 15 vezes o diâmetro das barras.

Nas lajes maciças armadas em uma ou em duas direções, em que seja dispensada armadura transversal de acordo com 19.4.1, e quando não houver avaliação explícita dos acréscimos das armaduras decorrentes da presença dos momentos volventes nas lajes, toda a armadura positiva deve ser levada até os apoios, não se permitindo escalonamento desta armadura. A armadura deve ser prolongada no mínimo 4 cm além do eixo teórico do apoio.

A armadura secundária de flexão deve ser igual ou superior a 20% da armadura principal, mantendo-se, ainda, um espaçamento entre barras de no máximo 33 cm. A emenda dessas barras deve respeitar os mesmos critérios de emenda das barras da armadura principal.

Os estribos em lajes nervuradas, quando necessários, não podem ter espaçamento superior a 20 cm.

Desta forma, para a armadura positiva (secundária) de lajes armadas em uma direção tem-se que:

$As/s \geq 20\%$ da armadura principal

$As/s = 0,20 \times 7 = 1,4 \text{ cm}^2/\text{m}$

Portanto, resposta correta: **1,4 cm²/m**.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

308 – ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

QUESTÃO 26: o recurso é improcedente, pois a questão é clara e objetiva, se refere à norma regulamentadora nº 04 - anexo I. A legislação do corpo de bombeiros não utiliza CNAE.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 30: o recurso é improcedente, pois a alternativa correta é a letra “A”, conforme NR 06 – subitem 6.5.1: Cabe à organização, quanto ao EPI. A proposição IV está incompleta.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 39: o argumento procede, a questão deverá ser anulada e o ponto referente a ela, atribuído a todos os candidatos presentes.

Diante do exposto, a banca examinadora defere o recurso interposto, anulando a questão.

309 – ENGENHEIRO SANITARISTA

QUESTÃO 32: o recurso é improcedente, pois o conceito de externalidade: a compreensão desse conceito demonstra a ideia que a sociedade faz dos recursos naturais, muitas vezes não atribuindo o devido valor a esses bens por usufruir deles gratuitamente, ou seja, são os ônus e bônus externos às atividades econômicas, auferidos ou suportados por terceiros. A externalidade corresponde aos danos causados por atividades ou sociedade pelos quais ela não paga ou algo positivo criado por ela e pelo qual não recebe pagamento.

Sendo assim, a alternativa contém os elementos necessários para definição da externalidade em relação ao seu contexto

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

310 – ENGENHEIRO – TELECOMUNICAÇÕES DE REDE

QUESTÃO 31: o recurso é improcedente, conforme cálculo a seguir:

$$E[X] = 0 \cdot 0,30 + 1 \cdot 0,20 + 4 \cdot 0,20 + 9 \cdot 0,10 + 16 \cdot 0,10 + 32 \cdot 0,10 = 0 + 0,20 + 0,80 + 0,90 + 1,6 + 3,2 = 6,7.$$

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

QUESTÃO 33: o recurso é improcedente, pois tradicionalmente, a banda Ku é considerada mais suscetível a interferências causadas por chuva do que a banda C devido à sua frequência mais alta. No entanto, fatores como a técnica de modulação, a potência do sinal e a qualidade dos equipamentos também desempenham um papel importante na resistência da transmissão às condições climáticas. Em alguns casos, sistemas avançados de banda Ku podem incluir técnicas de mitigação de chuva, como o uso de feixes direcionais, redundância de satélites ou até mesmo o uso de transponders de alta potência para reduzir os efeitos da chuva na transmissão. Portanto, a susceptibilidade da banda Ku às interferências causadas pela chuva não é uma regra absoluta e pode variar dependendo de vários fatores técnicos e ambientais.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

311 – FONOAUDIÓLOGO

QUESTÃO 37: o recurso é improcedente, pois a avaliação estrutural inclui avaliação das estruturas orofaciais a qual compreende a observação de postura, tônus, mobilidade, sensibilidade, simetria, integridade e conformação das estruturas orofaciais (lábios, língua, bochechas, palato duro, palato mole, úvula e dentes). Inclui ausculta cervical, avaliação da sucção não nutritiva, qualidade vocal e avaliação da deglutição da saliva. Avaliação da dinâmica da deglutição do alimento é que inclui a avaliação com alimento o qual devem ser testadas todas as consistências já introduzidas no cardápio da criança.

O enunciado da questão se refere a parte da avaliação estrutural da disfagia, a qual faz parte da avaliação clínica fonoaudiológica da disfagia infantil, a qual na literatura encontra-se etapas de avaliação as quais podem ser divididas em: anamnese, avaliação estrutural, avaliação da dinâmica da deglutição com alimento, avaliação da deglutição de líquido fino, avaliação com alimento pastoso, avaliação da deglutição do paciente traqueostomizado, videoendoscopia e videofluoroscopia da deglutição.

Referência Bibliográfica:

Tratado das Especialidades em Fonoaudiologia, Irene Queiroz Marchesan, Hilton Justino da Silva e Marileda Cattelan Tomé, Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, ed ROCA - cp 7 pg 39 -45.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

359 – TERAPEUTA OCUPACIONAL

QUESTÃO 39: o recurso é improcedente, pois De acordo com a Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990.

Art. 7º As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constituição Federal, obedecendo ainda aos seguintes princípios:

I - universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;

II - integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema.

Os princípios do SUS interagem entre si, e se complementam no sentido de garantir direitos e organizar necessidades.

Universalidade: significa que o Sistema Único de Saúde deve atender a todos por meio de sua estrutura e serviços, sem distinções ou restrições, oferecendo toda a atenção necessária, sem qualquer custo. Pressupõe a ideia de direito: todo cidadão tem direito à saúde e acesso a todos os serviços públicos de saúde.

Já a Integralidade busca complementar o direito à saúde, afirmando que o usuário do SUS tem o direito a serviços que atendam às suas necessidades, sejam elas de caráter preventivo ou curativo. Pressupõe a articulação da saúde com outras políticas públicas, para assegurar uma atuação intersetorial entre as diferentes áreas que tenham repercussão na saúde e qualidade de vida dos indivíduos.

A questão pergunta sobre o princípio que garante o acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, e não sobre o princípio que busca a articulação de ações e serviços exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.



ENSINO SUPERIOR COMPLETO – TARDE (MÉDICOS)

- 312 – MÉDICO – ANESTESIOLOGISTA PLANTONISTA,
- 313 – MÉDICO – CARDIOLOGISTA ADULTO AMBULATÓRIO
- 314 – MÉDICO – CARDIOLOGISTA INFANTIL AMBULATÓRIO
- 315 – MÉDICO – CIRURGIÃO GERAL AMBULATÓRIO
- 316 – MÉDICO – CIRURGIÃO GERAL PLANTONISTA
- 317 – MÉDICO – CIRURGIÃO VASCULAR AMBULATÓRIO
- 318 – MÉDICO – CIRURGIÃO VASCULAR DIARISTA/HOSPITAL
- 319 – MÉDICO – CLÍNICO GERAL AMBULATÓRIO
- 320 – MÉDICO – CLÍNICO GERAL PLANTONISTA
- 321 – MÉDICO – COLOPROCTOLOGISTA AMBULATÓRIO
- 322 – MÉDICO – DERMATOLOGISTA AMBULATÓRIO
- 323 – MÉDICO – ECOCARDIOGRAFISTA ADULTO AMBULATÓRIO
- 324 – MÉDICO – ECOCARDIOGRAFISTA ADULTO DIARISTA/HOSPITAL
- 325 – MÉDICO – ENDOCRINOLOGISTA ADULTO AMBULATÓRIO
- 326 – MÉDICO – ENDOCRINOLOGISTA INFANTIL AMBULATÓRIO
- 327 – MÉDICO – GASTROENTEROLOGISTA AMBULATÓRIO
- 328 – MÉDICO – GASTROENTEROLOGISTA COM ENDOSCOPIA AMBULATÓRIO
- 329 – MÉDICO – GENERALISTA PSF DIARISTA
- 330 – MÉDICO – GERIATRA AMBULATÓRIO
- 331 – MÉDICO – GINECOLOGISTA/OBSTETRA AMBULATÓRIO
- 332 – MÉDICO – GINECOLOGISTA/OBSTETRA PLANTONISTA
- 333 – MÉDICO – GINECOLOGISTA/PRÉ-NATAL ALTO RISCO AMBULATÓRIO
- 334 – MÉDICO – HEMATOLOGISTA ADULTO AMBULATÓRIO
- 335 – MÉDICO – INFECTOLOGISTA ADULTO AMBULATÓRIO
- 336 – MÉDICO – INTENSIVISTA ADULTO PLANTONISTA
- 337 – MÉDICO – MASTOLOGISTA AMBULATÓRIO
- 338 – MÉDICO – NEFROLOGISTA ADULTO AMBULATÓRIO
- 339 – MÉDICO – NEONATOLOGISTA PLANTONISTA
- 340 – MÉDICO – NEUROLOGISTA ADULTO AMBULATÓRIO
- 341 – MÉDICO – NEUROLOGISTA ADULTO DIARISTA/HOSPITAL
- 342 – MÉDICO – NEUROLOGISTA INFANTIL AMBULATÓRIO
- 343 – MÉDICO – ORTOPEDISTA AMBULATÓRIO
- 344 – MÉDICO – PEDIATRA AMBULATÓRIO
- 345 – MÉDICO – PEDIATRA AMBULATÓRIO DE PREMATURO
- 346 – MÉDICO – PEDIATRA PLANTONISTA
- 347 – MÉDICO – PNEUMOLOGISTA ADULTO AMBULATÓRIO
- 348 – MÉDICO – PROCTOLOGISTA AMBULATÓRIO
- 349 – MÉDICO – PSIQUIATRA AMBULATÓRIO
- 350 – MÉDICO – PSIQUIATRA INFANTIL AMBULATÓRIO
- 351 – MÉDICO – PSIQUIATRA PLANTONISTA
- 352 – MÉDICO – REGULADOR PLANTONISTA
- 353 – MÉDICO – REUMATOLOGISTA ADULTO AMBULATÓRIO
- 354 – MÉDICO – SANITARISTA
- 355 – MÉDICO – SOCORRISTA PLANTONISTA
- 356 – MÉDICO – ULTRASSONOGRAFISTA DIARISTA/HOSPITAL
- 357 – MÉDICO – UROLOGISTA AMBULATÓRIO
- 358 – MÉDICO – UROLOGISTA DIARISTA/HOSPITAL

POLÍTICAS DE SAÚDE

QUESTÃO 12: o recurso é improcedente, pois a questão solicita que o candidato considere a lei nº. 8.080/1990, em que o gabarito afirma que as instituições não governamentais poderão atuar de forma complementarmente.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

313 – MÉDICO – CARDIOLOGISTA ADULTO AMBULATÓRIO

QUESTÃO 33: o recurso é improcedente, pois a Digoxina é contraindicada na síndrome de Wolff-Parkinson-White (WPW) devido ao seu efeito inotrópico positivo, que pode aumentar a condução pela via acessória, potencializando os episódios de taquiarritmias supraventriculares. Portanto, seu uso pode aumentar o risco de fibrilação atrial e taquicardias com complexos largos.

A refutação para as outras alternativas é a seguinte:

(A) Propafenona: Embora a Propafenona seja um agente antiarrítmico de Classe IC, não é contraindicada na síndrome de Wolff-Parkinson-White (WPW). No entanto, seu uso deve ser cuidadosamente monitorado devido ao risco de agravar as arritmias ventriculares.

(B) Amiodarona: A Amiodarona é frequentemente usada no tratamento de arritmias cardíacas, incluindo aquelas associadas à síndrome de Wolff-Parkinson-White (WPW). No entanto, é importante monitorar de perto os pacientes devido ao potencial de prolongamento do intervalo QT e risco de taquicardias ventriculares.

(C) Adenosina: A Adenosina é um agente antiarrítmico de escolha para o tratamento de taquicardias supraventriculares, incluindo aquelas associadas à síndrome de Wolff-Parkinson-White (WPW). Ela atua bloqueando a condução através do nódulo AV e pode ser eficaz para reverter taquiarritmias paroxísticas.

Portanto, a Digoxina é o único fármaco contraindicado devido ao risco de facilitação da condução pela via acessória na síndrome de Wolff-Parkinson-White (WPW).

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

315 – MÉDICO – CIRURGIÃO GERAL AMBULATÓRIO

QUESTÃO 28: o recurso é improcedente, pois o sinal de Blumberg, também conhecido como sinal de rebote, é um teste clínico realizado para avaliar a presença de irritação peritoneal, que pode ser sugestiva de apendicite aguda. Ele é realizado pressionando-se gradual e profundamente a região inferior esquerda do abdômen e, em seguida, realizando uma descompressão súbita. Se o paciente sentir dor na região inferior direita durante a descompressão, isso é considerado um sinal positivo de irritação peritoneal, o que pode indicar apendicite aguda.

A refutação para a alternativa (D) é a seguinte:

(D) Palpação profunda na fossa ilíaca direita, mantendo a pressão por alguns segundos antes de liberar rapidamente, sem causar qualquer sensação de dor.

Essa descrição não corresponde ao sinal de Blumberg. Na verdade, o sinal de Blumberg envolve pressão na região inferior esquerda do abdômen, não na fossa ilíaca direita. Além disso, o sinal é caracterizado pela dor provocada durante a descompressão súbita na região inferior direita, não pela manutenção da pressão na fossa ilíaca direita por alguns segundos. Portanto, essa descrição não está alinhada com a técnica do sinal de Blumberg.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

320 – MÉDICO – CLÍNICO GERAL PLANTONISTA

QUESTÃO 33: o recurso é improcedente, pois embora o acesso ao trabalho possa influenciar indiretamente a progressão da doença de Chagas e o desenvolvimento de complicações, ele não é considerado um determinante social direto da doença.

Determinantes Sociais Diretos:

Acesso à educação: A educação permite o conhecimento sobre a doença, seus modos de transmissão e prevenção, promovendo a adoção de medidas de controle e higiene adequadas para evitar a reinfecção e a progressão da doença.

Acesso à moradia digna: Habitações precárias com infestação por barbeiros, os principais vetores do parasita *Trypanosoma cruzi*, aumentam o risco de contrair a doença e de reinfestação, influenciando diretamente a progressão da doença.

Acesso à alimentação adequada: Uma dieta nutritiva e balanceada contribui para o fortalecimento do sistema imunológico, auxiliando na defesa contra o parasita e na redução da severidade da doença.

Influência Indireta do Acesso ao Trabalho:

O acesso ao trabalho pode influenciar a progressão da doença de Chagas de forma indireta ao:

Determinar o nível de renda: Famílias com renda mais baixa podem ter menor acesso à educação, moradia digna e alimentação adequada, fatores que, como vimos, são determinantes sociais diretos da doença.

Expor a ambientes de risco: Trabalhos em áreas rurais com alta prevalência da doença, como agricultura e construção civil, podem aumentar o risco de contato com barbeiros e, conseqüentemente, o risco de contrair a doença.

Dificultar o acesso ao tratamento: Pessoas com trabalhos manuais e extenuantes podem ter dificuldade em se dedicar ao tratamento da doença, que geralmente exige repouso e acompanhamento médico regular.

Observações:

A doença de Chagas é uma doença negligenciada que afeta principalmente populações de baixa renda em áreas rurais e periurbanas.

Fatores sociais e econômicos desempenham um papel crucial na progressão da doença e no desenvolvimento de complicações.

Combater as desigualdades sociais e garantir o acesso universal à educação, moradia digna, alimentação adequada e saúde de qualidade são medidas essenciais para o controle da doença de Chagas e a promoção da saúde da população.

Conclusão:

O acesso ao trabalho, embora possa influenciar indiretamente a doença de Chagas, não é considerado um determinante social direto da doença. Os determinantes sociais diretos da doença são o acesso à educação, moradia digna e alimentação adequada. Combater as desigualdades sociais e garantir o acesso universal a esses serviços básicos é fundamental para o controle da doença de Chagas e a promoção da saúde da população.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

329 – MÉDICO – GENERALISTA PSF DIARISTA

QUESTÃO 33: o recurso é improcedente, pois De acordo com o Capítulo XI – Dos Recursos:

11.9. Não serão apreciados os recursos que forem apresentados:

11.9.1. Em desacordo com as especificações contidas neste Capítulo.

11.9.2. Fora do prazo estabelecido.

11.9.3. Sem fundamentação lógica e consistente.

11.9.4. Com argumentação idêntica a outros recursos.

11.9.5. Contra terceiros.

11.9.6. Com teor que desrespeite a Banca Examinadora.

11.10. Em hipótese alguma, serão aceitos revisão de recurso, recurso do recurso ou recurso de Gabarito Final Definitivo.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

334 – MÉDICO – HEMATOLOGISTA ADULTO AMBULATÓRIO

QUESTÃO 27: o recurso é improcedente, pois a Organização Mundial da Saúde (OMS) define a mutação JAK2 V617F como o critério principal para o diagnóstico de Policitemia Vera (PV). Essa mutação está presente nas células hematopoiéticas de mais de 95% dos pacientes com PV e é considerada um marcador molecular essencial para a doença.

A mutação JAK2 V617F resulta em uma ativação constitutiva da sinalização JAK-STAT, levando à proliferação descontrolada de glóbulos vermelhos na medula óssea. Essa proliferação excessiva é a característica principal da PV e causa o aumento da massa eritrocitária, um dos sintomas da doença.

Refutação da Alternativa C:

Embora a elevação da massa de eritrócitos, confirmada por hematócrito >49% em homens e >48% em mulheres, seja um critério diagnóstico importante para PV, ela não é considerada o critério principal. A elevação da massa de eritrócitos pode ocorrer em outras condições, como desidratação, doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC) e tumores renais, tornando-a menos específica para PV do que a mutação JAK2 V617F.

Observações:

A presença da mutação JAK2 V617F, juntamente com outros critérios maiores e menores definidos pela OMS, confirma o diagnóstico de PV com alta acurácia.

A ausência da mutação JAK2 V617F não descarta completamente o diagnóstico de PV, mas torna-o menos provável. Nesses casos, outros exames e a avaliação clínica detalhada são necessários para um diagnóstico preciso.

Outras informações relevantes:

A mutação JAK2 V617F pode ser detectada em exames de sangue e é considerada um teste diagnóstico crucial para PV.

A identificação precoce da mutação JAK2 V617F permite o início oportuno do tratamento para PV, melhorando o prognóstico da doença.

Conclusão:

A mutação JAK2 V617F é o critério principal para o diagnóstico de Policitemia Vera, segundo a Organização Mundial da Saúde. A elevação da massa de eritrócitos, embora importante, não é o critério principal, pois pode ocorrer em outras condições. A detecção da mutação JAK2 V617F por meio de exames de sangue é crucial para o diagnóstico preciso e o início oportuno do tratamento da PV.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

352 – MÉDICO – REGULADOR PLANTONISTA

QUESTÃO 36: o recurso é improcedente, pois a varíola e a monkeypox são causadas por vírus diferentes. Embora ambas pertençam à família Poxviridae a questão não discorre sobre a varíola dos macacos.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

354 – MÉDICO – SANITARISTA

QUESTÃO 31: o recurso é improcedente, pois a alternativa (D) não é considerada um elemento essencial na fase de avaliação de programas de saúde porque a determinação do impacto das ações de saúde na população geral sem segmentação pode levar a uma análise superficial e não detalhada do programa. Na verdade, a segmentação da população é crucial para entender como diferentes grupos respondem às intervenções de saúde e identificar desigualdades em saúde que podem influenciar os resultados do programa. Portanto, a avaliação eficaz de programas de saúde geralmente envolve a análise do impacto das ações de saúde em subgrupos específicos da população, levando em consideração fatores como idade, sexo, etnia, condições socioeconômicas, entre outros. Essa abordagem segmentada permite uma avaliação mais precisa e direcionada do programa, identificando áreas de sucesso e áreas que podem precisar de melhorias.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

355 – MÉDICO – SOCORRISTA PLANTONISTA

QUESTÃO 37: o recurso é improcedente, pois a fibrilação atrial é uma arritmia caracterizada por uma atividade elétrica caótica nos átrios, resultando em uma onda P irregular no eletrocardiograma (ECG). Nessa arritmia, não há uma contração eficaz dos átrios, levando à ausência de uma onda P discernível e à presença de múltiplas ondas P de morfologia variável, o que é comumente descrito como "onda P irregular". Além disso, devido à atividade elétrica desorganizada nos átrios, não há uma sequência regular de complexos QRS, contribuindo para a ausência de complexos QRS organizados. Portanto, a alternativa correta é a (A) Fibrilação atrial. Na fibrilação atrial, os átrios não conseguem contrair de forma coordenada devido à atividade elétrica caótica, resultando em uma onda P irregular e ausência de complexos QRS organizados. A ausência de contração eficaz dos átrios pode levar à formação de coágulos sanguíneos, aumentando o risco de eventos tromboembólicos, como acidente vascular cerebral (AVC). Essa arritmia é comum em pacientes com doença cardíaca estrutural, hipertensão arterial, diabetes e outras condições predisponentes. O diagnóstico é confirmado por meio de um ECG, que mostra a característica onda P irregular. O tratamento visa controlar a frequência cardíaca, prevenir a formação de coágulos e restaurar o ritmo sinusal, quando possível.

Diante do exposto, a banca examinadora indefere o recurso interposto.

Atenciosamente,

Instituto Mais de Gestão e Desenvolvimento Social